### PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Avenida Engenheiro Paulo Brandão, 380 - Parque dos Sabiás - Matias Barbosa-MG - CEP 36120-000



### PROJETO DE LEI Nº.11/2023

Dispõe sobre a concessão de isenção no pagamento de IPTU às pessoas portadoras do câncer e doenças degenerativas ou seus responsáveis legais e dá outras providências.

O Povo do Município de Matias Barbosa, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º O Poder Executivo Municipal isentará do pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, proprietários de imóvel residencial, portadores de câncer e doenças degenerativas ou seus responsáveis legais.
  - Art. 2º Para requerer a isenção do IPTU, o titular do imóvel deverá:
  - I apresentar laudo médico diagnosticando a doença;
- II requerer junto ao Departamento de tributação municipal com comprovação do diagnóstico da doença;
  - III comprovar ser proprietário ou responsável legal pelo quando couber.
- Art. 3º No que concerne ao inciso I do artigo anterior a critério da autoridade competente, serão aceitos diagnósticos provenientes de qualquer instituição ligada ao Sistema Único de Saúde - SUS.
- Art. 4º O benefício da isenção cessa na ocorrência das seguintes situações em relação ao:
  - I proprietário com câncer, falecimento ou cura;
  - II responsável legal: falecimento ou cura do doente.
  - Art. 5° O Chefe do Executivo regulamentará a lei no que couber.
  - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Matias Barbosa, 14 de março de 2023.

Anseimo Ítalo Leopoldino Vereador

# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Avenida Engenheiro Paulo Brandão, 380 - Parque dos Sabiás - Matias Barbosa-MG - CEP 36120-000

Vwww.matiasbarbosa.mg.leg.br

Tel.: (32) 3273-5700 Fax: (32) 3273-5720 Email: falecom@matiasbarbosa.mg.leg.br

#### **JUSTIFICATIVA**

O projeto de lei em foco destina-se a conceder a isenção do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), imposto de competência municipal, aos pacientes portadores de doenças consideradas graves.

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU em diversas localidades do país, possui custo elevado, devendo o Município, através de seus legisladores, demonstrar a devida preocupação com os munícipes que são acometidos por doenças de natureza grave e/ou incuráveis, nas quais o tratamento despende grande parte da renda do paciente, prejudicando a manutenção econômica e a subsistência de todo o grupo familiar.

Devido a estas condições peculiares e igualmente, pelas dificuldades financeiras que estes pacientes têm de enfrentar juntamente com o tratamento, o pagamento do IPTU configura mais uma preocupação para o paciente oncológico, que já sofre demasiadamente com a doença, uma vez que não efetuando o pagamento do tributo, o paciente convive também com a possibilidade da perda de seu imóvel diante de um processo judicial.

Pensando nisto, entendemos que é dever do Município amparar toda a população nele residente, vindo este Projeto de Lei cumprir esta função social.

Vários Municípios já criaram esse direito para o paciente com câncer e portadores de outras doenças graves. Solicito a colaboração dos nobres vereadores desta Casa para aprovação da presente propositura.

# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Avenida Engenheiro Paulo Brandão, 380 - Parque dos Sabiás - Matias Barbosa-MG - CEP 36120-000



# PROPOSIÇÃO DE LEI Nº.11/2023

Dispõe sobre a concessão de isenção no pagamento de IPTU às pessoas portadoras do câncer e doenças degenerativas ou seus responsáveis legais e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matias Barbosa decreta:

- Art. 1º O Poder Executivo Municipal isentará do pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano IPTU, proprietários de imóvel residencial, portadores de câncer e doenças degenerativas ou seus responsáveis legais.
  - Art. 2º Para requerer a isenção do IPTU, o titular do imóvel deverá:
  - I apresentar laudo médico diagnosticando a doença;
- II requerer junto ao Departamento de tributação municipal com comprovação do diagnóstico da doença;
  - III comprovar ser proprietário ou responsável legal pelo quando couber.
- Art. 3º No que concerne ao inciso I do artigo anterior a critério da autoridade competente, serão aceitos diagnósticos provenientes de qualquer instituição ligada ao Sistema Único de Saúde SUS.
- Art. 4º O benefício da isenção cessa na ocorrência das seguintes situações em relação ao:
  - I proprietário com câncer, falecimento ou cura;
  - II responsável legal: falecimento ou cura do doente.
  - Art. 5° O Chefe do Executivo regulamentará a lei no que couber.
  - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Matias Barbosa, 14 de março de 2023.

Carlos Roberto Mendes Lopes
Prefeito Municipal